

Superior Tribunal de Justiça

AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1.085.883 - SP (2017/0084322-0)

RELATOR : MINISTRO GURGEL DE FARIA
AGRAVANTE : INSTITUTO DE PREVIDENCIA MUNICIPAL DE SAO PAULO
IPREM
PROCURADORE : HOLDON JOSÉ JUACABA E OUTRO(S) - SP076439
S
FELIPE GRANADO GONZALES - SP239869
AGRAVADO : EDSON FORTES DA SILVA
AGRAVADO : FLAVIA KIOKO ALEXANDRE ITO
AGRAVADO : FRANCISCO FABIANO VIEIRA NETO
AGRAVADO : JULIO BRASILIO JULIAO
AGRAVADO : CENILDO JOSE DOS SANTOS
AGRAVADO : WILSON QUINTINO DE MACEDO
AGRAVADO : WAGNER SOARES BRUNORIO
AGRAVADO : SILVIO RIBEIRO PRATES
AGRAVADO : SILVIO FABIANO DOS SANTOS
AGRAVADO : SERGIO RODRIGUES DE VASCONCELOS
AGRAVADO : SERGIO AGUIAR HENRIQUE
AGRAVADO : RODRIGO MAIA DE CAMPOS
AGRAVADO : ED NELSON BORGES DE OLIVEIRA
AGRAVADO : GABRIEL ANTONIO DE SOUZA
AGRAVADO : MARCOS AURELIO PEREIRA SILVA
AGRAVADO : RAFAEL GONCALVES BASTOS
AGRAVADO : ANTONIO CARVALHO SILVA
AGRAVADO : JAIME LIMA DOS SANTOS
AGRAVADO : ELIO REIS DA CONCEICAO
AGRAVADO : LEOCLECIO APARECIDO CONCEICAO
ADVOGADOS : RAFAEL JONATAN MARCATTO E OUTRO(S) - SP141237
CLELIA CONSUELO BASTIDAS DE PRINCE - SP163569
GIULIANA RODRIGUES DAL MAS SANT'ANNA - SP288967
INTERES. : MUNICÍPIO DE SÃO PAULO

DECISÃO

Trata-se de agravo interposto pelo INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA MUNICIPAL DE SÃO PAULO – IPREM, em que pretende a admissão de recurso especial que desafia acórdão (e-STJ fl. 233):

CONTRIBUIÇÃO PREVIDENCIÁRIA – Ação ajuizada contra a Municipalidade e o IPREM – Descontos destinados ao IPREM – Ilegitimidade passiva da Municipalidade, cujo recurso é provido.

CONTRIBUIÇÃO PREVIDENCIÁRIA – Servidores municipais – Gratificação de Difícil Acesso – Pretensão à suspensão da contribuição previdenciária sobre a gratificação e repetição dos valores descontados – Admissibilidade – Gratificação transitória, que não se incorpora à remuneração – Os proventos de aposentadoria considera a remuneração que serviu de base para as contribuições previdenciárias (CF, § 3º, do art. 40) Ação procedente – Recurso do IPREM não provido, com observação.

Superior Tribunal de Justiça

No apelo nobre (e-STJ fls. 251/257), o recorrente, apontando violação do art. 267, VI, do CPC/1973, sustenta a ausência de interesse de agir dos agravados, uma vez que o direito por eles vindicado, de excluir da base de cálculo da contribuição previdenciária as parcelas remuneratórias pagas de decorrência do local de trabalho, poderia ser exercido mediante opção a ser apresentada diretamente à Administração, tal como disciplinado no Decreto 46.860/2005.

Contrarrazões às e-STJ fls. 261/268.

O Tribunal de origem obstou o recurso especial por entender incidente a Súmula 280 do STF (e-STJ fl. 270); fundamento esse com o qual não concorda o agravante (e-STJ fls. 273/275).

Contraminuta às e-STJ fls. 284/292.

Inicialmente, destaco que o Plenário do STJ decidiu que “aos recursos interpostos com fundamento no CPC/1973 (relativos a decisões publicadas até 17 de março de 2016) devem ser exigidos os requisitos de admissibilidade na forma nele prevista, com as interpretações dadas até então pela jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça” (Enunciado Administrativo 2, sessão de 09/03/2016).

Feita essa consideração, verifico que o recurso especial em comento não merece ser mesmo admitido.

No tocante à alegada preliminar de falta de interesse de agir, a Corte estadual limitou-se a assentar que: “desnecessário o esgotamento da via administrativa para, só então, ingressar com a ação judicial”.

Do que se observa, não houve o efetivo enfrentamento da tese ora sustentada em torno do art. 267, VI, do CPC/1973, de que a pretensão de exclusão da gratificação decorrente do local do trabalho da base de cálculo da contribuição previdenciária poderia ser obtida por meio de opção a ser exercida administrativamente, inexistindo, assim, pretensão resistida.

Aliás, o próprio IPREM, nas razões do presente agravo, afirma: “não se trata de exigir o esgotamento da via administrativa ou limitar o direito de ação”.

Carece, pois, o recurso especial do requisito do prequestionamento, nos termos da Súmula 282 do STF.

Não o bastante, constata-se que aludida preliminar respalda-se nas normas de direito local que disciplinam e regulamentam a contribuição previdenciária dos servidores municipais, notadamente do mencionado Decreto 46.860/2005, cujo exame é inviável no âmbito do recurso especial, consoante inteligência da Súmula 280 do STF.

Ante o exposto, CONHEÇO do agravo para NÃO CONHECER do recurso especial (art. 253, parágrafo único, II, “a”, do RISTJ).

Superior Tribunal de Justiça

Publique-se. Intimem-se.

Brasília (DF), 08 de outubro de 2019.

MINISTRO GURGEL DE FARIA

Relator

